



Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,27% São Paulo	163.663 6/1 7/1 8/1 9/1	R\$ 5,365 (- 0,43%)	5/janeiro 5,405 6/janeiro 5,380 7/janeiro 5,387 8/janeiro 5,389	R\$ 6,244	14,90%	14,88%	Agosto/2025 -0,11 Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33
0,48% Nova York							

ELEIÇÕES 2026

Economia nas urnas

Lula aposta em indicadores positivos para embasar sua campanha à reeleição. Analistas, porém, divergem sobre o impacto da condução econômica e alertam para riscos às contas públicas após o pleito

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» FERNANDA STRICKLAND

A conjuntura econômica se consolidou como uma das principais apostas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para influenciar o eleitorado nas eleições de 2026. Lula encerrou 2025 com uma perspectiva clara de que os indicadores econômicos do país servirão para embasar a campanha à reeleição.

Com a menor taxa de desemprego da história, em 5,2%, além de crescimento econômico acima de 2% e a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil como carro-chefe, o Executivo comunica a ideia de o país ter voltado a crescer com distribuição de renda. “Temos os menores índices de pobreza e desigualdade da história”, disse Lula em seu pronunciamento oficial de Natal.

Em um ambiente de forte polarização política, a avaliação no Palácio do Planalto é de que a decisão do voto tende a passar menos por disputas ideológicas e mais pela percepção concreta de melhora nas condições de vida. Redução do custo, manutenção do emprego, crescimento da renda e acesso ao crédito entram no centro da estratégia para convencer o eleitor a apertar o 13 na urna.

Indicadores positivos

Os indicadores recentes oferecem ao governo um conjunto de argumentos favoráveis. A inflação do ano passado — que deve ficar em 4,32%, de acordo com o último Boletim Focus de 2025 — segue controlada, dentro da meta, mesmo após um longo período de juros elevados. Segundo o economista e sociólogo Vinicius do Carmo, embora o Brasil enfrente problemas estruturais relevantes, o cenário atual está longe de uma desorganização macroeconômica. Para ele, a condução rigorosa da política monetária, mantida mesmo após a troca no comando do Banco Central, ajudou a ancorar expectativas e preservar a estabilidade, ainda que imponha custos ao crescimento no curto prazo.

A visão positiva é compartilhada pelo economista Armando Avena, professor de Economia da Universidade Federal da Bahia (Ufba), que considerou o ano como “muito bom” na seara econômica. “2025 começou com campanha (do mercado) dizendo que haveria crise fiscal, dominância fiscal, e nada disso aconteceu. O arcabouço funcionou em 2025. A inflação voltou para o teto da meta, e a taxa de desemprego é a menor da história”, afirmou Avena.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego em patamares historicamente baixos reforça o discurso oficial, mesmo com análises e projeções de insustentabilidade no arcabouço fiscal. Também beneficia Lula a renda média mensal real, que chegou a R\$ 3.457, outro recorde. No entanto, especialistas alertam que esse dado esconde transformações profundas. Crescem formas de ocupação fora do modelo tradicional da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), combinando trabalho autônomo, informal e políticas de transferência de renda. Esse novo perfil amplia os ganhos e a autonomia, mas desafia o modelo clássico de proteção social, como a Previdência.

Isenção como ativo

A agenda social e tributária aparece como um dos pilares mais visíveis da estratégia eleitoral. A ampliação da faixa de isenção do IR

tem impacto direto e imediato no orçamento das famílias, sobretudo das camadas de menor renda. Já em vigor, a medida deve beneficiar cerca de 15 milhões de brasileiros, injetando R\$ 28 bilhões na economia, com impacto nos salários a partir do próximo mês. Para Vinicius do Carmo, embora não represente a correção histórica da tabela, a medida avança a justiça tributária e pode ser facilmente capitalizada politicamente.

Além de prever a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil ao mês, o texto estabelece reduções na alíquota para quem recebe até R\$ 7.350. De acordo com a professora de economia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Juliana Furno, a medida será estratégica para a tentativa de reeleição de Lula. “Ele acerta ao apresentar um programa para o setor que ganha entre dois e cinco salários mínimos, que não eram nem beneficiários das políticas públicas, nem privilegiados pelas isenções tributárias”, analisou a professora.

Segundo ela, esse grupo da classe média foi base eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro e, agora, pode ser conquistado pelo governo Lula.

Em outra frente, o economista e professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) Otto Nogami destaca que políticas de fácil compreensão e efeito rápido — como a valorização real do salário mínimo,



O arcabouço fiscal teve seu limite, acabará no ano de 2026. Até lá, não haverá crise, como todo mundo (mercado) dizia, mas ele (o arcabouço) só deve segurar até 2026. Se nada for feito, faltará dinheiro para fazer qualquer investimento em 2027”

Armando Avena, professor de Economia da Universidade Federal da Bahia (Ufba)

programas de transferência de renda e crédito direcionado — reforçam a narrativa de que a economia voltou a funcionar para os mais pobres. A desaceleração da inflação comparada aos choques de 2021 e 2022 também contribui para recompor, ainda que parcialmente, o poder de compra da população mais vulnerável.

Presidente mira bolso dos brasileiros



Planalto avalia que as eleições de 2026 serão mais influenciadas pela percepção concreta de melhora nas condições de vida, como redução dos custos e crescimento da renda, do que por questões ideológicas. Políticas de incentivo e gastos maiores, porém, podem prejudicar a economia no pós-eleição.

Pontos Positivos:

- » Menor taxa de desemprego da história (5,2%): país atingiu a menor taxa da série histórica do IBGE, gerando maior segurança ocupacional para as famílias.
- » Isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil: Medida tem forte apelo popular e deve aumentar a renda disponível da classe média.
- » Crescimento e distribuição de renda: projeção do mercado para o PIB 2025 é acima de 2%, acompanhado de redução nos índices de pobreza e desigualdade.
- » Controle da inflação: o IPCA encerrou o período dentro da meta, preservando o poder de compra da população mesmo com juros altos.
- » Aumento da renda média real: O rendimento do trabalhador atingiu o recorde de R\$ 3.457, impulsionado pela valorização do salário mínimo e pleno emprego.

Pontos Negativos:

- » Risco de deficit fiscal em 2027: especialistas alertam que a falta de cortes de gastos pode gerar um colapso nas contas públicas logo após as eleições.
- » Esgotamento do arcabouço fiscal: atual teto de gastos é visto como frágil e pode não deixar recursos para investimentos a partir de 2027.
- » Pressão inflacionária pelo consumo: manter estímulos fiscais em uma economia já aquecida (pleno emprego) pode forçar a subida dos preços.
- » Juros altos por mais tempo: o embate entre o gasto do governo e a cautela do Banco Central mantêm o crédito caro, travando a indústria e investimentos.
- » Dependência da arrecadação: estratégia de equilibrar as contas foca apenas no aumento de receitas, ignorando o corte de gastos. Isso esbarra no fato de o Brasil ter uma alta carga tributária.

também foi defendida pela Instituição Fiscal Independente (IFI) no seu último relatório, publicado em 19 de dezembro. O órgão, que é autônomo e vinculado ao Senado, apontou que o país terá de promover um ajuste que considere a ideia de que, segundo o IFI, a estratégia atual de tentar equilibrar as contas apenas pelo incremento da receita “esbarra na alta carga tributária brasileira”. O diagnóstico foi reforçado pela ata mais recente do Comitê de Política Monetária (Copom), que sinalizou cautela diante das incertezas fiscais e do cenário internacional.

O documento indicou que eventuais cortes adicionais na Selic tendem a ocorrer de forma gradual, significando juros altos por mais tempo. Na prática, isso limita a expansão do consumo, do investimento e da atividade industrial — pontos sensíveis para a tentativa do governo de mostrar uma melhora mais robusta da economia antes da eleição.

Embate com BC

Também ganha destaque a relação do Executivo com o Banco Central. Enquanto a política fiscal de Lula aponta para o movimento da máquina, a autoridade monetária impõe cautela, com sucessivas políticas contracionistas.

Na avaliação da professora Juliana Furno, o fiscal e o monetário deveriam estar em caminhos equivalentes. “A política monetária não deveria cumprir um caráter contracionista nesse período. Tem um custo social muito grande de você construir um objetivo que é desacelerar o crescimento (com aumento de juros), desaquecer o mercado de trabalho e gerar desemprego”, criticou a especialista. “É possível ver (em 2026) desaceleração econômica, aumento do desemprego e contração na renda”, pontuou.

Projeções para 2026

Para o economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo, 2026 não será um ano fácil do ponto de vista econômico. A expectativa é de crescimento moderado, próximo a 2%, possivelmente inferior ao de 2025. Ainda assim, ele avalia que o governo deve intensificar ações voltadas à sustentação da demanda interna, como o reajuste do salário mínimo acima da inflação, programas de renegociação de dívidas e ampliação do crédito. Medidas como a isenção do IR tendem a estimular o consumo das famílias, ainda que com menor intensidade.

Bergo também chama atenção para o papel do setor de serviços, que deve seguir como principal motor do crescimento, e do agronegócio, fundamental para a geração de divisas via exportações. A indústria, por sua vez, continua enfrentando dificuldades, em grande parte devido ao custo elevado do crédito. Nesse contexto, a pressão do governo por uma redução dos juros e por maior previsibilidade fiscal deve se intensificar.

Olhando para 2026, especialistas avaliam que a estratégia do governo deve se apoiar em três frentes: aprofundar medidas de impacto direto sobre a renda, anunciar programas de investimento em áreas como infraestrutura, habitação e transição energética — mesmo que seus efeitos se materializem mais adiante — e reforçar o discurso de estabilidade econômica frente a um cenário internacional mais volátil.